

MEMÓRIAS DA ARQUIVOLOGIA NA PARAÍBA

MEMORIES OF ARCHIVOLOGY IN PARAÍBA

Ana Isabel de Souza Leão Andrade

anaisabelleao@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4126042072445582>

<https://orcid.org/0000-0001-5211-6214>

Submetido: 10 abr. 2022

Publicado: 28 ago. 2022

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer o registro em um “memorial” da minha trajetória com experiências vividas, em diversas atividades desenvolvidas no Estado da Paraíba no âmbito dos Arquivos e no contexto da Arquivologia a partir do ano 1980, através da criação de Instituições de Memória, da Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional da Paraíba; Encontros Nacionais de Arquivos Privados (1992) e (1998); Congresso Brasileiro de Arquivologia (XII), 1998, eventos esses, que foram de fundamental importância para a região Nordeste, possibilitando a vinda de profissionais estrangeiros e todo o país, para um enriquecedor intercâmbio técnico- científico. A Fundação Casa de José Américo (FCJA), criada no ano de 1980, tornou-se, centro de estudos, pesquisas e difusão científica literária, artística, da memória paraibana, com seu rico acervo documental. Registro o Arquivo José Américo de Almeida e os Arquivos Privados Pessoais de personalidades intelectuais e políticos que mais se destacaram nas suas áreas de atuação. Para a expansão de espaços, foi construído, o prédio “Arquivos dos Governadores” (1991), que tem como finalidade o recolhimento desses documentos. A Coordenadoria de Documentação e Arquivo (CODAR), criada no ano em 1987, com o recolhimento dos arquivos intermediários da administração direta do Governo. O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE) na capacitação de Gestores públicos; A criação do Arquivo Geral do Município de Cabedelo. Todas essas ações somadas a outras constituem um valioso documentário em favor dos arquivos.

PALAVRAS-CHAVE: acervos privados; associativismo; Arquivologia; memorial.

ABSTRACT

This work aims to record in a "memorial" my trajectory with lived experiences, in various activities developed in the State of Paraíba in the scope of Archives and in the context of Archival Science from the year 1980, through the creation of Memory Institutions, from the Association of Brazilian Archivists-Núcleo Regional da Paraíba; National Meetings of Private Archives (1992) and (1998); Brazilian Congress of Archival Science (XII), 1998, events that were of fundamental importance for the Northeast region, enabling the arrival of foreign professionals and the whole country, for an enriching technical-scientific exchange. The Casa de José Américo Foundation (FCJA), created in 1980, became a center for studies, research and scientific dissemination of literature, art and the memory of Paraíba, with its rich documentary collection. I register the José Américo de Almeida Archive and the Personal Private Archives of intellectual and political personalities who stood out in their areas of expertise. For the expansion of spaces, the building “Arquivos dos Governadores” (1991) was built, whose purpose is to collect these documents. The Documentation and Archive Coordination (CODAR), created in 1987, with the collection of intermediate archives from the direct administration of the Government. The Court of Auditors of the State of Paraíba (TCE) in the training of public managers; The creation of the General Archive of the Municipality of Cabedelo. All these actions added to others constitute a valuable documentary in favor of the archives.

KEYWORDS: private collections; associativismo; Archivology; memorial.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho me dá oportunidade de apresentar em um “Memorial Acadêmico” o relato das experiências vividas e realizadas que registram minha trajetória nas atividades desenvolvidas no contexto da Arquivologia em instituições de memória na Paraíba, com a criação da Fundação Casa de José Américo (FCJA), e de outras Instituições referentes às atividades arquivísticas, desenvolvidas a partir do ano de 1980, proporcionando o resgate da memória paraibana, que com certeza irá contribuir com os objetivos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que neste ano, de 2022, completa dezesseis anos de institucionalização do primeiro curso de Arquivologia da Paraíba, em 5 de outubro de 2007.

2 FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO (FCJA): criação e atividades desenvolvidas

Em 10 de dezembro de 1980, pela lei Estadual nº 4.195, foi criada a Fundação Casa de José Américo e reconhecida de utilidade pública federal, pelo Decreto nº 93.712, de 15 de dezembro de 1986. (In: *Fundação Casa de José Américo: tempo presente*. João Pessoa: FCJA, 2008) e (In: *José Américo: uma fotobiografia / Maria do Socorro Silva de Aragão, Neide Medeiros Santos, Ana Isabel de Souza Leão Andrade, 2014. p.610*). Atualmente, é guardiã de acervos privados pessoais de políticos e intelectuais paraibanos, iniciado com o Arquivo do escritor, político, e estadista paraibano, José Américo de Almeida, que ocupou os mais diferentes e importantes cargos na Paraíba e no país, deixando um legado e rico acervo documental, como fonte histórica de alta relevância para a história do Brasil, da Paraíba e da literatura brasileira.

Em 1958, José Américo ao deixar o Governo do Estado da Paraíba, retirou-se da política, e recolheu-se na sua residência com o propósito de dedicar-se à construção de suas memórias e assim o fez. Com o seu falecimento, em 10 de março de 1980, aos 93 anos de idade, a sua residência sito a Avenida Cabo Branco, de nº 3.336, João Pessoa-Paraíba, foi adquirida, através do Decreto Estadual nº 8.577, de 30 de julho de 1980, pelo então Governador do Estado da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity tornando-se um centro de estudos, pesquisa e difusão científica, literária, artística e Casa de Memória da Paraíba. Com a aquisição do imóvel pelo Governo do Estado, a família de José Américo fez a doação de todo acervo documental, que se encontrava espalhado por todos os lugares da residência e fora dela e, em sua maioria, num lugar chamado pelo próprio José Américo de “Mafuá” e no seu Gabinete em total desordem. Documentos de mais alta valia, comprovantes de atos importantes da vida nacional eram guardados em sacos de juta acidificados, malas de couro e de papelão endurecido ou arca de madeira e em gavetas da mesa de cabeceira, espalhados por todos os lugares da Casa onde José Américo, residiu e viveu os seus últimos 22 anos de vida. A sua obra literária, consta de 18 livros e a publicação do romance “*A Bagaceira*” (1928), deu início à “Geração Regionalista do Nordeste”.

2.1 ARQUIVO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

O acervo documental do Arquivo de José Américo de Almeida é constituído de documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, produzidos e recebidos

por José Américo de Almeida que registram fatos históricos da Paraíba e do Brasil, acumulados em vários anos ao longo da sua trajetória política e de escritor. Para a organização desse acervo arquivístico, foi convidado em julho 1981, José Pedro Pinto Esposel, Arquivista, Professor da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, Fundador e 1º Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criada em 1971. Professor Esposel na ocasião fez a indicação do meu nome ao então Governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, para realização de tão importante tarefa. Com a experiência de ter organizado o Arquivo do Escritor, Abolicionista e político, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, na Fundação Joaquim Nabuco, cidade do Recife, aceitei o tão honroso convite. Funcionária da UFPB, exercendo o cargo de Bibliotecária, fui colocada à disposição da FCJA, por quatro horas de expediente.

A FCJA iniciou as atividades com a organização da sua estrutura administrativa, em janeiro de 1981, a fim de proceder à inauguração da Instituição e abertura ao público, em janeiro 1982, na gestão do então, Presidente da Fundação Casa de José Américo, Professor Milton Ferreira de Paiva. Para realização dos trabalhos no arquivo do Patrono, a FCJA realizou um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Departamento de Biblioteconomia, para a contratação de duas estagiárias, tendo em vista, a falta de cursos de graduação em Arquivologia, especialmente no Nordeste.

Ingressei na FCJA em agosto de 1981, como serviços prestados e encontrei uma instituição em fase de estruturação, que se pensava como órgão de preservação cultural, distanciada, inclusive dos conceitos e técnicas e práticas consagradas pela ciência arquivística. Era o começo de tudo. Os trabalhos para a organização do arquivo foram iniciados em setembro de 1981, com a equipe de uma Diretora do Arquivo (na época ocupei esse cargo), mais duas estagiárias, estudantes de biblioteconomia, Porcina Formiga dos Santos e Carmem Lúcia Matias, que receberam treinamento e foram capacitadas para realização de tão importante tarefa. Como ponto de partida, elaborei o “Projeto para organização do Arquivo Privado Pessoal José Américo de Almeida” que, apresentado ao Professor Esposel, foi aprovado.

O Arquivo foi aberto ao público no dia da inauguração da Fundação Casa de José Américo, em 10 de janeiro de 1982, pelo Vice- Presidente da República Aureliano Chaves, e pelo Governador do Estado da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity, com a presença de várias autoridades paraibanas, a do General Reynaldo Mello de Almeida, filho de José Américo e outros familiares.

Dentro da estrutura organizacional da FCJA, foi criado o Departamento de Documentação e Arquivo (DDA), atual Gerência Executiva de Documentação e Arquivo. Assumi o cargo de Diretora do DDA, e permaneci no cargo por 23 anos (agosto de 1981 a janeiro de 2004).

Em tudo há o predomínio da memória, que se faz sentir no documento fiel com a comprovação dos documentos de fonte primária, que servirá para consulta dos pesquisadores que se interessem pelo assunto que demonstra a legítima versão dos fatos. Com a finalidade de facilitar as pesquisas, e contribuir com os estudiosos, pesquisadores em geral, e como fonte de informação e divulgação dos documentos existentes no Arquivo de José Américo, foram publicados, inicialmente os instrumentos de pesquisas, a saber:

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. *Catálogo da correspondência de José Américo de Almeida - cartas: 1915-1952*. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1983.

_____. *Arquivo José Américo e a Revolução de 1930*. João Pessoa: FCJA, 1985.

_____. *Catálogo da exposição da obra de José Américo de Almeida, comemorativa ao Centenário de seu Nascimento: 1887 - 1987*. João Pessoa: FCJA, 1987.

_____. *José Américo visto pelos caricaturistas*. João Pessoa: FCJA, 1989.

Após o recolhimento dos Arquivos Privados Pessoais dos escritores, Ascendino Leite e Virgínius da Gama e Melo, José Rafael de Menezes e Lauro Pires Xavier, foram publicados:

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. *Virgínius Figueiredo da Gama e Melo: perfil biobibliográfico*. João Pessoa: FCJA, 1991.

_____. *José Américo e Ascendino Leite: correspondência - cartas*. João Pessoa: FCJA, 1995.

_____. *Síntese biobibliográfica de José Rafael de Menezes*. João Pessoa: FCJA, 1995.

A FCJA serviu de campo de estágio de alunos do I e II e III Curso de Especialização em Organização de Arquivos do NDIHR, em 1995, 1996, 1997 resultando na elaboração e publicação em 1996 com os trabalhos finais da primeira e cito “Arquivos privados: instrumentos de pesquisa”, organizado pelas coordenadoras do curso Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Dulce Amélia de Brito Neves. João Pessoa: Universitária/NDIHR, 1996, Série NDIHR Documentos, N° 4, 159 p. Deste curso, participei como professora e aluna.

O Departamento de Documentação e Arquivo (DDA) deu início aos trabalhos de difusão da Arquivologia e do profissional Arquivista, através de cursos para a capacitação de pessoal, que atuavam nos arquivos públicos e privados da capital, estendendo-se posteriormente, aos municípios do Estado da Paraíba. Era precária a situação em que se encontravam as instituições de memória da Paraíba, pela falta de uma política de preservação pública e privada, aliada à ausência de recursos humanos capacitados na área de arquivologia e documentação que foi diagnosticado, através do “Mapeamento dos arquivos públicos do estado da Paraíba”, incluindo os Arquivos Municipais, numa parceria com o Arquivo Nacional, sob minha coordenação, e com as estagiárias que tiveram o contrato efetivado com o governo do estado, Porcina Formiga dos Santos e Carmem Matias da Silva. Esse diagnóstico forneceu dados importantes sobre a realidade dos arquivos estaduais e municipais naquele momento.

Devido à demanda em busca de aprendizagem para as práticas arquivísticas, a FCJA realizou através do DDA, consultorias nas Instituições públicas e privadas a exemplo da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB); Tribunal Regional do Trabalho (TRT), instituição que organizei o Museu do órgão; Ministério Público do Estado (MP), com cursos; Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE) onde, organizei o memorial daquela instituição, entre outros. Em convênio com a Escola de Serviço Público da Paraíba – ESPEP, no período de 1982 a 2004, tive a oportunidade ímpar de ministrar vários cursos de capacitação para técnicos em arquivos aos funcionários públicos do estado.

2.2 ARQUIVO DOS GOVERNADORES

Com a finalidade de expandir os serviços que já vinha prestando no tocante a preservação de fontes de interesse à memória paraibana, a FCJA, resolveu recolher e salvaguardar os arquivos privados pessoais de ex-governadores da Paraíba e

incrementar o recolhimento de outros acervos pessoais significativos, de intelectuais e personalidades paraibanas, que mais se destacaram nas suas áreas de atuação, a exemplo do que vinha fazendo, com a organização dos arquivos privados pessoais dos escritores, Ascendino Leite e Virgínius da Gama e Melo.

Para viabilizar tais incentivos e com a concordância do então governador do estado da Paraíba, se fez necessário à construção de um prédio adequado aos padrões de preservação documental. O prédio foi construído pelo governo do estado da Paraíba através da SUPLAN, em terreno próprio da FCJA, com projeto de autoria do arquiteto Régis Cavalcanti. Toda a orientação técnica para a construção ficar adequada aos padrões de preservação ficou sobre minha responsabilidade. O prédio recebeu o nome de “Arquivo dos Governadores” e foi inaugurado pelo então governador da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity, em março de 1991.

3 CRIAÇÃO DA CODAR

No ano de 1987, o Dr. Tarcísio de Miranda Burity, assume pela segunda vez o governo do estado da Paraíba, por eleição direta e se inicia novamente, um tempo favorável à preservação da memória do estado da Paraíba.

Em 27 de maio de 1987, foi criada pelo Decreto Estadual nº 11.951 a Coordenadoria de Documentação de Arquivo - CODAR, órgão destinado à guarda temporária dos documentos da administração direta e especialmente, documentos advindos do gabinete do governador do estado da Paraíba. Neste órgão, fui coordenadora e idealizadora do projeto, que, após sua aprovação, foi implantado. A organização dos trabalhos de organização dos Arquivos realizados pela CODAR serviu de exemplos para profissionais da área e elogios de visitantes ilustres, a exemplo da professora Heloísa Bellotto, Leda Boechat Rodrigues, viúva do historiador e ex-diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, do historiador José Octávio de Arruda Mello, do próprio governador do estado Dr. Tarcísio Burity, professores de História e Biblioteconomia da UFPB, do Filólogo Antônio Houaiss que manifestou sua opinião nos jornais locais, A União, O Norte quando de sua visita em 30 de novembro de 1989 a CODAR: *“As minhas impressões sobre a visita é de que esta coordenadoria está dando um exemplo para o que deve ser feito no âmbito nacional. Se cada estado brasileiro tiver um trabalho com a perfeição e competência como este, a salvação da história do Brasil futuro estará garantida”*.

Esse órgão, também ministrava cursos e técnicas em organização de arquivos e de conservação de documentos com oficinas de encadernação. Extinto em 2009, parte do acervo foi para a Fundação Casa de José Américo. Nesse período, o Arquivo Público do Estado não existia de fato e de direito. Não recolhia os documentos de Arquivo da administração direta e o acúmulo dos documentos nos Arquivos, em situação precária de preservação. O Arquivo Público do Estado da Paraíba foi criado pela Lei Estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, que: dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social. <http://biblioteca.pm.pb.gov.br:1919/>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

Representando o estado da Paraíba através da CODAR, recebi convite do Arquivo Nacional e participei do projeto: “Guia brasileiro de fontes para a história da África da escravidão negra e do negro na sociedade atual: fontes arquivísticas”, coordenado pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 1988).

4 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NA PARAÍBA - Núcleo Regional da Paraíba

O Associativismo é de fundamental importância para maior visibilidade da classe e também na relação do mercado de trabalho com o profissional de arquivo. Não se pode esquecer que o movimento associativo na área da Arquivologia no Brasil surgiu nos anos 70, e que foi fundamental para estabelecer alguns parâmetros que, atualmente, definem a institucionalização do campo arquivístico no Brasil, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1971. A solenidade de criação da AAB aconteceu com a realização da Assembleia Geral, no salão nobre do Arquivo Nacional, situado à Praça da República - Rio de Janeiro, onde foi apreciada a 1ª redação do seu Estatuto. Essa Associação surgiu da preocupação de alguns professores e profissionais com a situação dos arquivos no país, tendo a frente desse movimento, o Professor José Pedro Pinto Esposel, um dos fundadores da Instituição e seu primeiro presidente, entre outros profissionais dedicados em favor da Arquivologia.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), com sede no Rio de Janeiro, desenvolveu-se e expandiu sua atuação com a criação de Núcleos Regionais nos estados: Pará; Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Alagoas e por último o da Paraíba.

No início do ano de 1995, fui convidada pela então presidente da AAB Nacional, professora Lia Temporal, para criar no Estado da Paraíba o Núcleo-Regional da AAB. Tínhamos a clareza que, os Congressos Brasileiros de Arquivologia eram realizados pela Associação, e só poderiam ser sediados nos estados que possuíssem a sede, ou nos núcleos da AAB. Após vários estudos, com a anuência e apoio da Direção da Fundação Casa de José Américo, e com a implantação do *1º Curso de Especialização em Organização de Arquivos* pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), agosto 1995, e o incentivo de profissionais da área, foi criada, em Assembleia Geral, às 15:30h do dia 20 de outubro de 1995, (dia do arquivista), a Associação dos Arquivistas da Paraíba - Núcleo da Paraíba - AAB-PB - 1ª Associação dos Arquivistas na Paraíba.

A solenidade de criação AAB-Núcleo Regional da Paraíba ocorreu no Auditório da Fundação Casa de José Américo, sito a Av. Cabo Branco nº 3336 – João Pessoa, PB, com participação dos alunos do 1º curso de Especialização (1995), e de profissionais de várias Instituições, da UFPB; UNIPÊ sendo representada por Clemilde Pereira; Tribunal de Justiça da Paraíba, (TJPB); Tribunal Regional Eleitoral (TRE); Fundação Espaço Cultural (FUNESC); Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC), entre outras. A solenidade foi presidida por Violeta de Britto e Lira Salviano - Presidente da FCJA, com a presença de Carmem Izabel da Silva - Vice - Presidente da FCJA, Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira - Coordenadora do Curso de Especialização em Organização de Arquivos da UFPB, Maria Lúcia Marques – Diretora Administrativa do TRE, e de várias outras autoridades e instituições da Paraíba. Tomaram posse como membros da Primeira Diretoria (1995-1998): Ana Isabel de Souza Leão Andrade - Diretora; Emeide Nóbrega Duarte - Vice Diretora; Vânia Benigna de Souza Oliveira - Secretária; Porcina Formiga dos Santos – Tesoureira.

A AAB - Núcleo Regional da Paraíba surgiu em prol dos arquivos da Região Nordeste e dos profissionais de arquivo, bem como para enaltecer os méritos dos seus

associados e o das pessoas que, sem pertencer a AAB, tivessem realizado trabalhos em seu favor e/ou com a profissão. Dentre os seus objetivos, foi de dar maior visibilidade ao profissional no mercado de trabalho, promover congressos, jornadas, encontros e cursos na área, divulgando a Arquivologia no Nordeste que na época, era pouco divulgada ou quase desconhecida, apesar de esforços esparsos de algumas Instituições a exemplo do NIDHIR, entre outras. Estamos nos referindo ao período de 1995 -1998.

A presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em julho do ano de 1988, extinguiu todos os Núcleos Regionais, inclusive o da Paraíba. Com esse ato, muitos estados da Federação Brasileira, criaram as suas Associações de Arquivistas. A Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) foi criada no dia 19 de novembro de 2013, com a participação ativa de professores, de profissionais e de alunos da UEPB e da UFPB. Atualmente, faço parte da Direção no cargo de Ouvidora.

5 ENCONTROS E CONGRESSOS

5.1 ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS (III)

Em 21 de setembro de 1988, participei como Conferencista /Convidada do *II Encontro Nacional de Arquivos Privados* sediado na *Fundação Casa de Rui Barbosa*, na cidade do Rio de Janeiro. No momento foi deliberado que o *III Encontro Nacional de Arquivos Privados* fosse realizado na Paraíba e sediado na Fundação Casa de José Américo. Com a construção do Prédio “Arquivos dos Governadores”, no terreno da Fundação Casa de José Américo, inaugurado em março de 1991 e com o advento da criação da *Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências; (BRASIL, 1991)* iniciei, apoiada pelo então Presidente da FCJA José Elias Borges, um movimento para a realização do *III Encontro Nacional de Arquivos Privados*, na Paraíba que tinha capitado em 1988. Com a parceria de instituições importantes como da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – Recife, Fundação Casa de Rui Barbosa - Rio de Janeiro, UFPB, UNIPÊ, ALEPB, CPDOC- Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), Arquivo Nacional entre outros. Promovido pela FCJA e sob minha Coordenação o evento foi realizado no período de 14 a 17 de junho de 1992 (420 participantes).

A conferência de abertura foi feita pelo representante do Ministério da Educação, Pedro Emílio Penner da Cunha, então Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Científicas (IBPC) que abordou sobre a situação dos Arquivos Privados no Brasil. No momento, foram homenageados com uma placa de “Honra ao Mérito” os Professores José Pedro Pinto Esposel, Heloisa Liberalli Bellotto, e a então Diretora do Arquivo da Câmara Federal, Nilza Teixeira Soares que traduziu a obra de R. T. Shellenberg “Arquivos modernos princípios e técnicas”. O evento contou ainda, com participação efetiva, do Diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, da Diretora do Centro de Documentação Contemporânea (CPDOC), Alzira Alves de Abreu e do professor de Arquivologia José Maria Jardim e muitos outros.

Na programação oficial do III Encontro Nacional de Arquivos, o professor e advogado Dr. Aurélio Wander Bastos proferiu a Conferência “Os Arquivos Privados sob a Ótica da lei 8.159/91” (recém-criada na época), uma vez que foi o advogado dos dispositivos jurídicos da elaboração da Lei acima citada. As discussões e os debates foram valiosos para uma melhor compreensão dos Arquivos Privados Pessoais e de

interesse público. Ainda, infelizmente, esse tipo de acervo tem ocupado um espaço pouco privilegiado nas discussões da área.

5.2 CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA NA PARAÍBA (XII)

Finalmente, o Estado da Paraíba foi sede do tão almejado Congresso Brasileiro de Arquivologia que só acontecia mais no Sul e Sudeste do Brasil. Uma ideia pensada quando da criação, em 1995, da Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional da Paraíba. O *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia* foi captado quando da minha participação no *XI Congresso Brasileiro de Arquivologia* realizado, em outubro de 1996, no Hotel Glória – Rio de Janeiro. Na Assembleia Geral de Encerramento foi feito o lançamento das candidaturas dos estados para sediar o próximo Congresso. Apresentaram-se como candidatos os Estados de Brasília-DF e do Pará-PA. Lancei o Estado da Paraíba e foi vencedor após discussões calorosas na Assembleia. O sonho tornou-se realidade.

O *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia* com o tema: *Os desafios da Arquivologia rumo ao Terceiro Milênio e o IV Encontro Nacional de Arquivos Privados* foram promovidos pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional da Paraíba, no período de 15 a 19 de junho de 1998, com a participação de 850 congressistas, incluindo 12 conferencistas estrangeiros. Como diretora da AAB-PB fui designada Presidente do Congresso e presidi a solenidade de abertura que ocorreu no Tropical Hotel Tambaú-João Pessoa-PB. Na ocasião, o Deputado Federal Álvaro Gaudêncio representou o Patrono do evento, o então Vice- Presidente da República Marco Antônio de Oliveira Maciel. Na mesa de abertura, anotamos a presença de representantes de várias Instituições. Também da Professora Mariza Bottino, Presidente da AAB Nacional, da Presidente da FCJA Ivanice Frazão, do Diretor do Arquivo Nacional Jaime Antunes e José Maria Jardim da Universidade de São Paulo (USP). O *IV Encontro Nacional de Arquivos Privados* foi sediado na Fundação Casa de José Américo, com a participação de conferencistas estrangeiros e nacionais com um público bastante expressivo e realizado, concomitantemente, com o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia.

A equipe da Comissão Organizadora foi constituída por profissionais representantes de várias de Instituições, FCJA, UFPB, PBTUR, FUNESC, FUNART-Rio de Janeiro entre outros. O Conselho Consultivo: Professoras Heloisa Liberalli Bellotto (USP), Ana Maria Camargo (USP), Daíse Aparecida Oliveira (FAM-SP) Adelina Novaes Cruz (CPDOC-FGV), José Maria Jardim (UFF-RJ), Esther Bertolletti (MINC-RJ). Sem o apoio dessa equipe nada teria acontecido. O *XII Congresso Brasileiro de Arquivologia* foi realizado no Estado da Paraíba, numa época de difícil comunicação sem o acesso à Internet e das redes sociais, que atualmente, facilitam a comunicação mais rápida. Só existiam “Fax” e “Correios”. O objetivo almejado foi alcançado, que era o de divulgar a Arquivologia no nordeste brasileiro e abrir portas para outras ações com a criação dos Cursos de Arquivologia.

6 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA (TCE)

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba nos anos de 2001 e 2002 promoveu o “Programa na Capacitação de Gestores Públicos” incluindo o módulo “Organização de Arquivos e 5S.”, abrangendo 223 Municípios do Estado, com a

capacitação de 1.090 gestores públicos do qual participei como facilitadora, uma experiência ímpar. Como um dos pontos positivos desses treinamentos, foi à introdução da preservação documental que despertou nos municípios e em outros órgãos públicos uma maior responsabilidade para a criação dos Arquivos Municipais e a implantação de um sistema de Arquivos. Uma dessas ações foi concretizada com a institucionalização do Arquivo Geral do Municipal de Cabedelo (único Arquivo Municipal do Estado da Paraíba criado até o presente momento). Posteriormente assumi o cargo de Diretora do Arquivo e implantei a Gestão Sistemática de Documentos e Informações Municipais- GSDIM, com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade que foram publicados no quinzenário do Município de Cabedelo.

7 CONCLUSÃO

Rememorar essa trajetória da minha experiência vivida em prol da Arquivologia é um momento único, que nos emociona e nos faz acreditar que valeu a pena. Tomando como minhas, as palavras do Professor José Pedro Pinto Esposel proferidas em seu discurso em 2004, quando da fundação da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), foi agraciado com o título de Sócio Benemérito: *“Gostaria de reafirmar, com ênfase, meu grande amor à Arquivologia. Foi um sentimento que descobri cedo e me acompanhou por toda vida”*.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. S. L *et al.* **José Américo**: uma fotobiografia. João Pessoa: Ideia, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Guia brasileiro de fontes para a história da África da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. 2v.

BRASIL. Arquivo Nacional. Centro de informação de acervos dos presidentes da república. **Apresentação**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.784/1990**. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1990.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002a. Disponível em: <http://conarq.gov.br/decretos-federais/101-decreto-n-4-073,-de-3-de-janeiro-de-2002.html>. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 ago. 2002b. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/decretos-federais/decreto-no-4-344-de-26-de-agosto-de-2002>. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 26 mar. 2022.

CAMARGO, A. C.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**. São Paulo: IFHC, 2017.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 10, n. 1, p. 64-80, 2019. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v10i1p64-80. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/153587>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PARAÍBA. **Fundação Casa de José Américo**: tempo presente. João Pessoa: FCJA, 2008.

PROGRAMA OFICIAL DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (XII). Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio. [S.l.: s.n.], 1998.